

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 531.286 - RJ (2014/0141119-3)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC**  
**REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**AGRAVADO : AIR MADRID LINHAS AÉREAS S/A**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo Regimental, interposto pela AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC, contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 544, § 4º, II, *a*, conheceu do Agravo e negou-lhe provimento.

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"Contudo, ao contrário do alegado, mister ressaltar que o recurso especial da ANAC requer exatamente a aplicação do entendimento firmado no recurso especial repetitivo supra citado, onde esta Corte Superior assentou que a citação por edital, na execução fiscal, somente é cabível quando frustradas as outras modalidades de citação previstas em lei, quais sejam, por correio e por Oficial de Justiça.

Ou seja, a argumentação da ANAC, de que o artigo 8º, III, da Lei 6.830/1980 permite a citação por edital caso houver insucesso por via postal e por Oficial de Justiça, sendo descabida qualquer outra exigência, encontra amparo na jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, inclusive em decisão firmada em sede de recurso repetitivo.

Por oportuno, cumpre ressaltar que a jurisprudência desta Corte segue este entendimento, no sentido de exigência apenas das tentativas de citação por correio e por Oficial de Justiça para possibilitar a citação por edital, nos termos da legislação de regência, não sendo necessárias outras diligências diversas das previstas em lei:

(...)

Ora, de uma simples leitura do trecho acima resta claro que o acórdão recorrido decidiu de forma contrária ao entendimento desta eg. Corte, pois exigiu outras diligências que não as elencadas pelo artigo 8º, III da Lei 6.830/80 para deferir a citação por edital, o que não pode prevalecer, sobretudo pois a questão já foi decidida em sede de recurso especial repetitivo e deve ser acatada pelas instâncias ordinárias.

Com efeito, restou consignado pelo acórdão regional que já foram deferidas, sem êxito, as citações por correio e por oficial de justiça, deixando claro o acórdão recorrido seu entendimento de que cabe à

ANAC providenciar diligências outras para a localização do executado, o que colide com o entendimento deste STJ.

Assim, não incide ao caso as súmulas 07 e 83 desta eg. Corte, pois restou assentado expressamente pelo acórdão recorrido a exigência de diligências outras que não as previstas em lei, estando a decisão regional contrária a recurso especial repetitivo julgado nesta Corte Superior" (fls. 128/130e).

Por fim, requer que seja reconsiderada a decisão monocrática e, caso assim não se entenda, que seja processado e provido o presente Agravo.

Tendo em vista a relevância dos argumentos trazidos pela parte ora agravante, reconsidero a decisão de fls. 119/123e, passando novamente à análise das razões do Agravo em Recurso Especial.

De acordo com os autos, a Agência Nacional de Aviação Civil interpôs Agravo em face de decisão que inadmitiu o Recurso Especial manejado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE SOMENTE APÓS O ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS NO SENTIDO DE LOCALIZAR O EXECUTADO.

1. A citação ficta somente é admissível após esgotados todos os meios legais para se localizar o devedor, sob pena de violação do devido processo legal. Em se tratando de execução fiscal, deve-se proceder a citação por Oficial de Justiça antes do deferimento da citação editalícia, nos termos do art.224 do Código de Processo Civil.

2. No caso em exame, só houve duas tentativas frustradas de citação por oficial de justiça, não se configurando o esgotamento de diligências para localizar o executado. Apenas como exemplo, poderiam ser consultados os convênios existentes na Justiça Federal ou mesmo cadastros de empresas concessionárias de serviços públicos no sentido de buscar um novo endereço e renovar a diligência citatória.

3. O exequente deve diligenciar no sentido de encontrar o endereço do executado. A frustração da citação postal ou por oficial de justiça requerida pelo exequente em endereço desatualizado não autoriza a citação por edital. Deve-se sempre considerar esta um meio excepcional, por se tratar de modalidade de citação ficta. Em verdade, ofende o princípio do devido processo legal a citação ficta quando possível a citação real, razão pela qual a primeira deve ser comprovadamente necessária para que o autor possa exercer seu

direito de ação e não seja prejudicado pela impossibilidade de se encontrar o réu (ou executado). Precedentes.

4. Agravo interno conhecido e desprovido" (fls. 52/53e).

No Recurso Especial, além de divergência jurisprudencial, foi apontada a contrariedade aos artigos 8º, III e IV, da Lei 6.830/80 e 231 do CPC/73, em razão de o Tribunal de origem ter mantido o indeferimento do pedido de citação por edital, na Execução Fiscal, não obstante frustrada a prévia tentativa de citação pessoal do executado, à consideração de que, "conforme se verifica nas Certidões do Oficial de Justiça (fls. 15 e 17), ficou demonstrada a incerteza sobre o atual paradeiro da executada" (fl. 60e). Ressaltou, ainda, ser indevido "exigir do recorrente requisitos para a citação por edital que não estão previstos em lei. Não existe qualquer norma legal que determine uma odisséia infundável à Cartórios e Registros por todo o Brasil, para tentar localizar o executado" (fl. 63e).

A irresignação merece acolhida.

De início, embora a Súmula 7 do STJ impeça o reexame de matéria fática, a referida Súmula não impede a intervenção desta Corte, quando há errônea valoração jurídica de fatos incontroversos nos autos e delineados no acórdão recorrido, como ocorre no presente caso.

Quanto à presente controvérsia, o Tribunal **a quo** manteve a decisão que não admitira a citação por edital, com base nos seguintes fundamentos:

"Verifico que, primeiramente, foi tentada a citação da pessoa jurídica executada AIR MADRID LINHAS AÉREAS S/A, no entanto, o Oficial de Justiça deixou de proceder à citação, tendo em vista que a empresa não mais se encontra no endereço indicado (fl. 15). Nota-se, a teor da certidão de fl. 17, que o Oficial de Justiça deixou de promover a citação de um dos sócios da executada CARLOS HERIBERTO MARCELO SPREL, em razão do mesmo não residir mais no local indicado há três anos, conforme informado pela Sr. Manoel dos Santos, encontrando-se em endereço incerto e não sabido. Todavia, no caso em exame, só houve duas tentativas frustradas de citação por oficial de justiça, não se configurando o esgotamento de diligências para localizar o executado. Apenas como exemplo, poderiam ser consultados os convênios existentes na Justiça Federal ou mesmo cadastros de empresas concessionárias de serviços públicos no sentido de buscar um novo endereço e renovar a diligência citatória.

Ademais, a agravante não comprovou que foram exauridos todos os meios possíveis para a localização do executado, não cabendo, no momento, impor a citação por edital. Cabe à recorrente indicar quais

medidas pretende adotar, com o objetivo, de localizar o demandado no curso da ação, antes do uso da citação ficta" (fl. 46e).

Todavia, o acórdão recorrido diverge da jurisprudência desta Corte, no sentido de que **"a citação por edital é cabível após única tentativa de citação por oficial de justiça, quando o executado não é localizado no seu domicílio fiscal, sendo o fato certificado pelo referido auxiliar da justiça.** Precedentes: REsp 1102431/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 09/12/2009, julgado na sistemática do 543-C, do CPC, DJe 01/02/2010; AgRg no REsp 993.586/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19/08/2008, DJe 11/09/2008; REsp 1241084/ES, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/04/2011" (STJ, AgRg no AREsp 206.770/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 22/11/2012).

Nesse sentido, ainda, o seguinte precedente:

**"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO. POR EDITAL. POSSIBILIDADE. ESGOTAMENTO DE OUTROS MEIOS DE CITAÇÃO.**

**1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial 1.103.050/BA, de relatoria do Min. Teori Albino Zavascki, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou entendimento no sentido de que, nos termos do art. 8º da Lei 6.830/1980, a citação por edital, na execução fiscal, somente é cabível quando esgotadas as outras modalidades de citação ali previstas: a citação por correio e a citação por Oficial de Justiça.**

**2. In casu, verifica-se que a tentativa de citação por oficial de justiça ficou infrutífera, sendo, portanto, cabível a citação por edital, nos termos do artigo 8º da LEF. Assim, merece ser provido o presente recurso, a fim de determinar a citação do executado por edital, já que esgotadas as demais modalidades previstas em lei.**

**3. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.685.587/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/10/2017).**

Registre-se que, para se admitir a citação por edital, na Execução Fiscal, bastam as tentativas frustradas de citação pelos Correios e via Oficial de Justiça, pois o art. 8º, III, da Lei 6.830/80 não exige o prévio exaurimento dos meios extrajudiciais disponíveis para a localização de outro endereço.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A propósito, "ao contrário do que pretende fazer crer a parte executada, ora recorrente, para se admitir a citação por edital no processo de execução fiscal, bastam as tentativas frustradas de citação pelos Correios e via Oficial de Justiça; o art. 8º, III, da Lei nº 6.830/80 não exige o prévio exaurimento dos meios extrajudiciais disponíveis para a localização de outro endereço, como evidenciam os seguintes precedentes: REsp 1.241.084/ES, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 27.4.2011; EDcl no AgRg no REsp 1.082.386/PE, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 2.6.2009" (STJ, REsp 1.348.531/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/11/2012).

No caso, é fato incontroverso nos autos que restaram frustradas as duas tentativas de citação pessoal da parte executada, razão pela qual deve ser deferido o pedido de citação do executado por edital, nos termos do art. 8º, IV, da Lei 6.830/80.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 119/123e. Com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **c**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de determinar a citação da parte executada por edital.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora